



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

09/02/2012



INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	2 - 3
2.2. JULGAMENTOS.....	4 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMEÇAR DE NOVO.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	8
4.2. COMARCAS.....	9 - 11
4.3. CÂMARA CÍVEL.....	12 - 14
4.4. INFORMATIVO.....	15 - 16
4.5. JULGAMENTOS.....	17
4.6. PARCERIAS.....	18
4.7. PRESIDENTE.....	19
4.8. SISTEMA CARCERÁRIO.....	20
5. JORNAL EXTRA	
5.1. COMEÇAR DE NOVO.....	21
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. COMEÇAR DE NOVO.....	22
6.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	23 - 24
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. CÂMARA CÍVEL.....	25 - 27
7.2. DESEMBARGADORES.....	28
7.3. INFORMATIVO.....	29
7.4. JULGAMENTOS.....	30 - 33
7.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	34
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. CÂMARA CÍVEL.....	35
8.2. SERVIDORES.....	36
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. COMARCAS.....	37
9.2. CÂMARA CÍVEL.....	38
9.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	39
9.4. JULGAMENTOS.....	40 - 41
9.5. PRESIDENTE.....	42
9.6. SISTEMA CARCERÁRIO.....	43

▶ JUSTIÇA

Perigosos assaltantes são mantidos presos

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça negou o reconhecimento de atenuante da confissão e do crime continuado de Glacial Silvestre, Werberth Ramos, Alan Roberto Pereira, Nilton César da Silva e Alessandro dos Santos, condenados a cumprirem penas que variam de seis a 41 anos de prisão, por terem realizado seis assaltos, em São Luís, nos anos de 2004 e 2005. Eles pediram também o redimensionamento da pena da metade para um terço.

Ao proferir o seu voto, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, negou provimento ao recurso

e atacou os argumentos da defesa, observando não estar configurado o crime continuado, não haver excesso na aplicação da pena, diante de duas causas (emprego de arma de fogo e concurso de pessoas), além de não existir razão para o redimensionamento da pena, uma vez que foram analisadas todas as circunstâncias judiciais.

Melo enfatizou a sequência e a proximidade dos crimes com subtração de dinheiro, mercadorias, objetos pessoais e grave ameaça. A decisão foi de acordo com parecer da Procuradoria Geral da Justiça..

***Delegados da
Polinter pedem
uniformização
de mandados ao
corregedor-geral
da Justiça***

PÁGINA 3 _____

Delegados da Polinter pedem uniformização de mandados ao corregedor-geral da Justiça

Os delegados José Couto Júnior e Alberto Wagner, da Polícia Interestadual do Maranhão (Polinter-MA), foram recebidos pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, ontem (8). O tema da reunião foi a uniformização da comunicação de mandados entre juizes e Polinter.

Segundo os delegados, não há um procedimento uniformizado, que determine como deve ser a comunicação dos mandados de prisão expedidos pela Justiça à Polinter. "Se houver uma determinação da Corregedoria Geral da Justiça, com certeza, teremos um padrão e poderemos cadastrar nos sis-

temas (Infoseg e Infopen) todos os mandados", comenta o delegado Couto Junior.

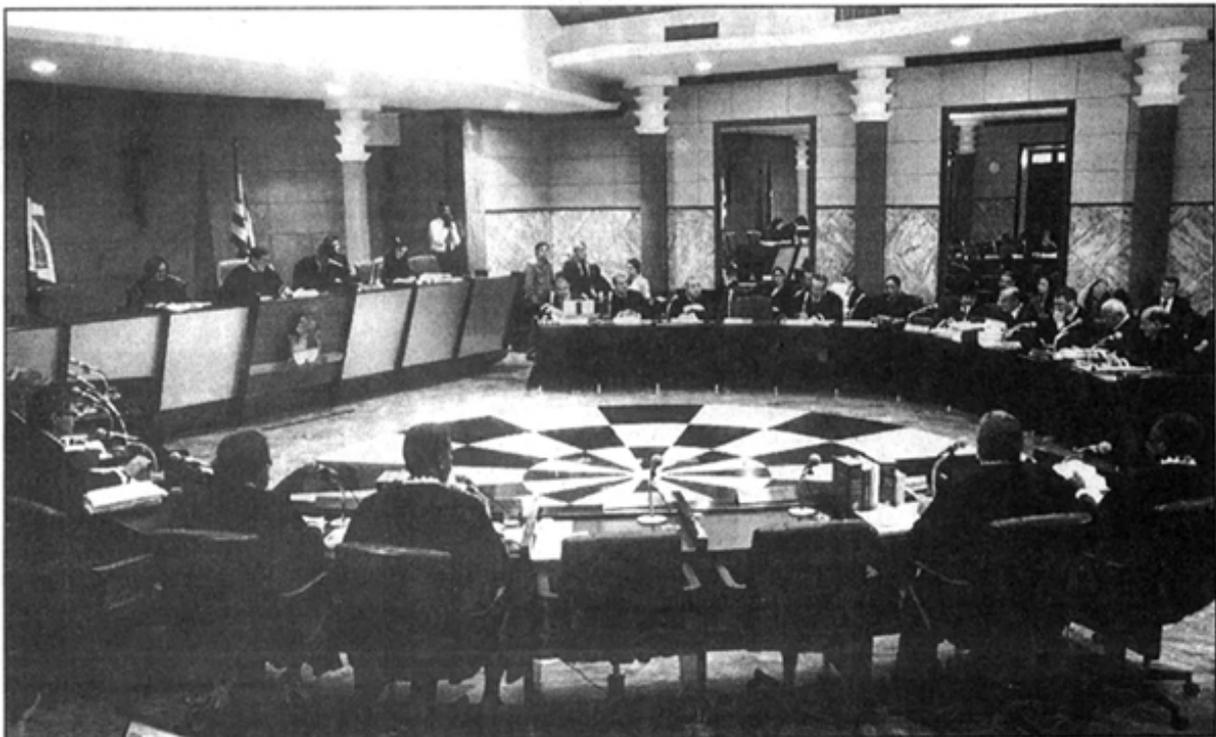
"Muitas vezes, por falta desse cadastro, ficamos com informações desencontradas, cumprimos mandados que não têm mais validade e outros problemas que se seguem", completou Alberto Wagner.

O corregedor-geral, Cleo-

nes Cunha, comprometeu-se em analisar o assunto e verificar se, no caso, cabe um ofício ou provimento para padronizar e uniformizar essa comunicação de mandados. "Vou começar a conversar com os juizes, tanto da capital, quanto do interior, e esse será um dos pontos a serem discutidos", frisou o desembargador.

PONTO FINAL

JUSTIÇA SEPULTA CPI DA AL SOBRE R\$ 73 MILHÕES



Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (foto) julgou, na sessão jurisdicional de ontem (8), agravo regimental interposto pela Assembleia Legislativa que pedia a revogação da liminar concedida pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, suspendendo os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada na Assembleia Legislativa, para apurar aplicação de recursos previstos em convênios celebrados pelo Governo do Estado com a Prefeitura de São Luís. A CPI foi criada com bandeira do deputado Roberto Costa. **PÁGINA 3**

INCONSTITUCIONAL

Justiça suspende CPI da AL sobre R\$ 73 milhões

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) julgou, na sessão jurisdicional de ontem (8), agravo regimental interposto pela Assembleia Legislativa que pedia a revogação da liminar concedida pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, suspendendo os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada na Assembleia Legislativa, para apurar aplicação de recursos previstos em convênios celebrados pelo Governo do Estado com a Prefeitura de São Luís.

A maioria do Pleno (total de 11 votos) votou pela manutenção da decisão da desembargadora Anildes Chaves Cruz, relatora do mandado de segurança Nº 269/2012, impetrado pelo Município de São Luís. Em decisão proferida, a desembargadora suspendeu a chamada CPI dos 73 milhões e anulou as provas colhidas sob os argumentos de que não há fato certo e determinado para a instalação da CPI, que a Assembleia Legislativa não detém competência para investigar a celebração, execução e destinação de repasses dos convênios e que a quebra de sigilo ocorrida foi imotivada.

Contra a decisão da relatora votaram os desembargadores Marcelo Carvalho e Paulo Veltrem. Os desembargado-



Pleno do TJ-MA julgou agravo regimental interposto pela Assembleia

res Lourival Serejo e Cleonice Freire pediram vistas do recurso. Faltaram se posicionarem os desembargadores José Joaquim e Marcelo Carvalho.

Acompanharam a decisão de Anildes Cruz os desembargadores Bayma Araújo, Jorge Rachid Mubárack Maluf, Raimundo Cutrim, Stêlio Muniz, Benedito Belo, Jaime Araújo, Raimundo Nonato de Souza, Raimundo Melo, José Luiz Almeida, Fróz Sobrinho e José Bernardo

CPI INCONSTITUCIONAL
 - Segundo o procurador-geral do Município, Francisco Coelho Filho, a CPI instalada na Assembleia Legislativa do Estado "é inconstitucional, possui puro caráter político e afron-

ta o primado da isonomia". O procurador ressalta que a CPI não tem competência para investigar diretamente atos da Prefeitura, sob a forma de prestação de contas, que deve ser feita somente à Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas do Estado.

Conforme Coelho, inexistente "fato determinado" a ser investigado pela CPI em razão da nulidade dos Convênios 04/2009, 05/2009 e 07/2009 já declarada pela Justiça. Ele esclarece que os recursos repassados pelo Governo do Estado ao Município de São Luís por meio destes convênios, no valor total de R\$ 73 milhões e 500 mil, estão sendo devolvidos aos

cofres estaduais por meio da retenção mensal da parcela do ICMS destinada a repasse ao Município, até o limite de R\$ 2 milhões por mês.

STF - No último dia 19 o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro César Peluzo, não suspendeu a liminar que buscava a manutenção da chamada CPI dos 73 milhões, conforme solicitado pela Assembleia Legislativa do Maranhão. Em despacho prolatado na Suspensão de Liminar Nº 4562, o ministro presidente solicitou informações do Município de São Luís e determinou ainda o encaminhamento do processo à Procuradoria Geral da República, para emissão de parecer.

TRÊS CORONÉIS DA PM FORAM PARA A RESERVA REMUNERADA

De acordo com decisão do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a Secretaria Adjunta de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu para a reserva remunerada três coronéis da Polícia Militar que vinham tentando permanecer na ativa, embora com tempos determinados por lei para deixarem a instituição. Os coronéis Roberto Uchoa Lima, Edmilson da Silva Saldanha e Adécio Luis Vieira, de acordo com o Diário Oficial do último dia 23 de janeiro passaram para a reserva remunerada com proventos integrais de 10 mil e 400 reais cada um. Todos ainda receberão vantagem de caráter pessoal de R\$ 387,65, sendo que os dois últimos também terão direito a mais R\$ 1.244,59 como vantagem de indenização de representação de função.

Lua Nova I

Convênio assinado entre o Grupo Lua Nova, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Secretária de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e a Defensoria Pública vai garantir mais 60 novas vagas de trabalho para detentos do regime semiaberto. Com nove empreendimentos em andamento, incluindo edifícios e condomínios residenciais de alto padrão, na capital e no interior do Estado e consciente do trabalho de responsabilidade social que desempenha.

Lua Nova II

A construtora oferecerá aos detentos qualificação técnico-profissional e ocuparão vagas de emprego na construção civil. Os apenados integrarão as equipes de trabalho da construtora na edificação de 700 moradias do programa "Minha Casa. Minha Vida", na estrada da Ribeira, no Distrito Industrial de São Luís. A empresa possui outros nove empreendimentos em andamento, incluindo edifícios e condomínios residenciais de alto padrão, na capital e no interior do Estado.



O jornalismo maranhense novamente destaca-se entre os melhores do Brasil. Pelo terceiro ano consecutivo, a jornalista Jacqueline Heluy conquistou o 1º lugar no Prêmio AMB de Jornalismo, categoria Mídias das Associações Filiadas. A festa de premiação aconteceu dia 7, no buffet Villa Rizza, Brasília (DF). Concorreram ao prêmio 107 jornalistas de todo o país. Jacqueline Heluy é coordenadora da Agência de Notícias da Assembleia Legislativa e assessora de imprensa da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). Na foto, Jacqueline Heluy recebe troféu do presidente da AMB, desembargador Nelson Calandra, e do diretor de Comunicação, juiz Raduan Miguel

Caxienses que governaram o Maranhão

PROF. JACQUES INANDY MEDEIROS

No Império:

Segundo o caxiense César Marques, no Império o Maranhão teve como governadores os seguintes caxienses:

- Coronel José Caetano Vaz Júnior: foi o primeiro caxiense a governar o Maranhão. Como um dos vice-presidentes da província assumiu o governo do Maranhão em 23/04/1865 e transmitiu ao novo presidente em 11/06/1865.

- Frederico José Correa: caxiense, poeta, publicista, parlamentar, jurista e crítico. Como um dos vice-presidentes da Província assumiu o governo do Maranhão no período de 06/08/1866 a 30/09/1866. É patrono da cadeira nº 6 da Academia Maranhense de Letras e da Academia Caxiense de Letras, cadeira nº 31.

- Francisco de Melo Coutinho: caxiense, deputado provincial e vice-presidente da Província, assumiu o governo do Maranhão em 11/11/1878, e em 21/11/1878, passa o governo ao caxiense José Caetano Junior que assume o governo do Maranhão pela segunda vez.

Na República:

- Paulo Martins de Sousa Ramos: nascido em Caxias, foi eleito pelo voto indireto para o alto cargo de governador do Maranhão. Tomou posse em 15/08/1936, como governador eleito esteve no poder até 24/11/1937. A partir desta data passou a governar como interventor, quando da implantação pelo presidente

Getúlio Vargas do chamado Estado Novo. Antes do término da ditadura Vargas, renunciou em 23/03/1945. Governou o Estado do Maranhão por 8 anos, 7 meses e 8 dias. Em 1950 foi eleito o deputado federal, sendo o mais votado do Estado. Foi o governador que passou mais tempo no governo do Maranhão no século XX. Já superado pela atual governadora Roseana Sarney (final do século XX e início do século XXI).

- Eleazar Soares Campos: nascido em Caxias, governou o Maranhão como interventor de 09/11/1945 a 16/02/1946, escolhido pelo então presidente, ministro José Linhares. Foi juiz em Caxias e desembargador do Tribunal de Justiça.

- Eugênio Barros: caxiense de coração, porém nascido em Matões. Governou o Maranhão de 28/02/1951 a 14/03/1951, se licenciando por motivos políticos. Assumiu definitivamente o governo em 18/09/1951 e

conseguiu governar com tranqüilidade até o final de seu mandato em 31/01/1956, quando passou o alto cargo a outro caxiense deputado Alderico Novais Machado. Antes de ser governador do Estado, foi prefeito de Caxias.

- Alderico Novais Machado: nascido em Caxias, assumiu o governo do Estado no dia 31/01/1956, quando o governador eleito José de Matos Carvalho, foi impedido de assumir. Como deputado presidente da Assembleia assumiu o governo mantendo-se no poder até 26/03/1956.

- Aldenir José da Silva: caxiense, ainda muito jovem Aldenir Silva, elegeu-se a deputado estadual nas eleições de outubro de 1962. Em maio de 1965 elegeu-se presidente da Assembleia e no final de junho do mesmo ano ocupa o alto cargo de governador do Maranhão, devido a uma ligeira licença do então governador Newton Belo.

- João Castelo Ribeiro Gonçalves: nascido em Caxias, governou o Maranhão, eleito através da eleição indireta de março de 1979 a maio de 1982, quando se afasta para concorrer uma vaga ao Senado Federal, do qual foi eleito. Atualmente este ilustre caxiense é o prefeito de São Luís.

- Jamil Gedeon Miranda Neto: nascido em Caxias, ainda muito jovem este ilustre advogado chegou a desembargador do Tribunal de Justiça. No início de novembro do ano passado assumiu o governo do Estado do Maranhão, por alguns dias, devido a uma licença da atual governadora Roseana Sarney e a ausência do vice-governador e do presidente da Assembleia, como governador inaugurou o novo Fórum de Caxias.

Caxias que tanto já contribuiu e contribui para Literatura Maranhense, também tem sua força na vida política, com vários caxienses, que já chegaram ao alto comando do governo do Estado, mesmo aqueles que por pouco tempo exerceram, mas se assim o fizeram foi de acordo com a nossa Constituição e jamais entrará para o folclore político como cidade dos governadores de faz-de-conta. É sim cidade dos governadores.

.....
Presidente da Academia Caxiense de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias

Cresce número de processos julgados em Nunes Freire

Em 2011, julgamentos aumentaram mais de 140% comparado a 2010; número de audiências realizadas cresceu em mais de 200%; os dados foram divulgados pela juíza Raquel Menezes, titular da comarca

GOVERNADOR NUNES FREIRE – Dados da Comarca de Governador Nunes Freire mostram que o número de audiências judiciais na cidade cresceu mais de 200% entre 2010 e 2011 com aumento superior a 140% na quantidade de julgamentos, despachos e decisões interlocutórias. Além dos dados sobre produtividade, a titular do fórum, juíza Raquel Menezes, apresentou outros resultados relacionados à infraestrutura e organização judicial.

Em audiência, a juíza Raquel Menezes apresentou sua prestação de contas à frente do Fórum de Governador Nunes Freire. Objetivo foi a prestação de contas, enfocando o trabalho realizado no município durante o ano de 2011. A audiência tratou das instalações físicas, organização da secretaria judicial, produtividade e projeto desenvolvido na comarca - "Justiça e Cidadania".

Em relação às instalações físicas, Raquel Menezes destacou os avanços nessa área, como a reforma do prédio onde funciona o fórum. "Em janeiro de 2011, o prédio era um ambiente de trabalho insalubre e desorganizado, com precários e insuficientes equipamentos para os servidores, resul-

tado de nove anos de funcionamento em um mesmo ambiente, sem qualquer reforma e que ainda abrigava o cartório eleitoral", afirmou a magistrada.

Nesse aspecto, foram apontadas as conquistas de realização de reforma do fórum pelo Tribunal de Justiça, finalizada em julho de 2011, e deslocamento do cartório eleitoral para outro imóvel, proporcionando significativa melhoria nas condições de trabalho dos servidores, assim como o atendimento de qualidade aos jurisdicionados. O Judiciário local recebeu ainda um terreno doado pelo Município para construção da sede própria.

Organização - Para a organização da secretaria judicial, medidas foram adotadas, entre elas o cadastramento de todo o acervo processual nos sistemas do Tribunal (Themis PG e Themis JE) e a organização dos processos conforme o setor e a fase processual.

Quando o assunto é a produtividade, a juíza destacou principalmente o crescimento no número de audiências realizadas no município. Segundo dados de Raquel Menezes, entre os anos de 2010 e 2011, a quantidade de audiências judiciais cresceu cerca de

206%. Até 2010, eram realizadas 654 audiências. Esse número cresceu e ficou em 1.351.

Outro dado foi a diminuição de 12,5% do acervo processual (passou de 2.310 para 2.020) e índice de operosidade de 143% (783 processos distribuídos, 1.118 sentenças proferidas, 2.726 despachos e 305 decisões interlocutórias).

Um dos destaques da audiência pública foi o "Projeto Justiça e Cidadania – Porque fazer o bem faz bem", lançado na Comarca em 2011, a fim de aproximar o Poder Judiciário e comunidade, mediante realização de palestras acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, bem como incentivando a realização da cidadania na sociedade local através de doações.

No ano passado, foram realizadas duas edições do projeto. A primeira ocorreu em outubro, com palestras sobre abuso sexual infantil, *bullying*, saúde bucal e doações de cestas básicas e brinquedos a 270 crianças do bairro Aeroporto. Já o segundo evento foi realizado em dezembro, com palestras sobre formas de resolução de conflitos e papel dos pais na educação dos filhos, abrangendo a doação de cestas básicas e utilidades domésticas a

375 famílias necessitadas do bairro Monteiro Lobato. A próxima etapa será em março, quando ocorrerá a Semana da Mulher, com enfoque ao combate à violência doméstica contra a mulher.

"Todas as conquistas do ano de 2011 foram em decorrência do trabalho conjunto da equipe de servidores da comarca em busca de uma prestação jurisdicional de qualidade", enfatizou Raquel Menezes.



Reforma do fórum de Governador Nunes Freire também foi destaque de avanços em 2011, segundo juíza

Mais

Em 2011, também foi realizada a primeira sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Governador Nunes Freire, sendo um total de cinco sessões ao longo do ano: uma referente a processo de réu preso e quatro referentes a processos da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Judiciário pede ao Legislativo a criação da 5ª Câmara Cível

Presidente do TJ, Guerreiro Júnior, entregou projeto de lei ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB). **Política 3**

Tribunal de Justiça inicia processo de escolha de novos desembargadores

Presidente Antonio Guerreiro Júnior encaminhou ontem à Assembleia projeto criando a 5ª Câmara Cível, condição para preenchimento das três novas vagas

Marco Aurélio D'Eça
Da editoria de Política

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, criou ontem as condições para aumentar de 24 para 27 o total de membros do Tribunal. Em reunião com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB), ele entregou o Projeto de Lei Complementar que cria a 5ª Câmara Cível. As vagas de desembargador foram criadas pelo Parlamento estadual em 2009, mas necessitavam da criação da nova Câmara para poderem ser preenchidas.

Das três novas vagas de desembargador, duas serão preenchidas por magistrados de carreira - uma pelo critério do merecimento e outra por antiguidade. A outra vaga será preenchida por um membro indicado pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A partir da aprovação do projeto na Assembleia, será aberto o prazo para escolha dos três novos desembargadores. "É um projeto de reforma do Judiciário que trará melhorias no nosso perfil de resultados. É um avanço para a Justiça e para a sociedade, pois significa maior agilidade nas respostas às demandas judiciais", disse Guerreiro Júnior.

Para garantir a criação da nova Câmara, Guerreiro Júnior encaminhou também, em anexo à mensagem, a alteração de quatro artigos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão. Segundo o do-

cumento, a atual composição de câmaras isoladas do TJMA - três criminais e quatro cíveis - já não atende à demanda do Estado.

O presidente da Assembleia garantiu que a matéria do Judiciário será apreciada em regime de urgência. "É matéria de repercussão tanto para o Judiciário como para a sociedade. A instalação das três novas vagas para magistrados, já criadas pela Assembleia, confere maior dinâmica ao trabalho dos magistrados", concluiu.

A criação das novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça também altera o Quinto Constitucional, que agora terá número de vagas par, o que torna desnecessária a alternância entre membros oriundos da advocacia e do Ministério Público.

A partir de agora, abrindo vaga de desembargador indicado pelo Quinto, a vaga será preenchida por representante da categoria que originou a vaga, ou seja, se o desembargador aposentado pertencia ao Ministério Público, a vaga será, automaticamente, do MP.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça, o custo da implantação das vagas e da Câmara está dentro do limite de gastos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Processos - Cerca de 540 mil ações tramitam no Poder Judiciário maranhense, segundo a catalogação do sistema que faz a medição. Apenas no ano passado, foram distribuídos 188 mil processos para uma população superior a 6,5 milhões de habitantes, segundo dados registrados pelo IBGE no último

censo. Somente na Justiça de 2º grau foram distribuídos 14.284 processos, o que resulta em média 1.190 processos por desembargador.

A avaliação é de que, embora o TJ tenha atingido uma boa média de julgamentos em 2011, a necessidade de implantação de mais uma Câmara é de extrema necessidade, pois o volume de ações e recursos gerados, após a instalação de 12 comarcas nos últimos dois anos, inviabilizará ou, pelo menos, dificultará em muito o pleno funcionamento do órgão, caso a medida não seja implantada.

Em agosto de 2011, a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do Tribunal deliberou pela criação da 5ª Câmara Cível, após detectar barreiras para a prestação de uma Justiça célere. O TJMA, por unanimidade, aprovou o projeto de lei na sessão plenária administrativa de 18 de janeiro de 2012.

O documento registra que a instalação de mais uma Câmara Cível requer, em consequência, a criação de outra Câmara Cível reunida, em razão do impedimento regimental de funcionamento de câmaras com composição superior a 14 membros, exceto o Plenário.

Justifica-se também a necessidade de realização de uma sessão de julgamento cível, uma vez por bimestre, a ser presidida pelo magistrado ocupante do cargo de vice-presidente, para apreciar os recursos das câmaras cíveis reunidas e outras matérias, o que efetivará a celeridade dos julgamentos.



Guerreiro Jr. entrega ao presidente da Assembleia, Arinaldo Melo, projeto de reforma do Judiciário

“

É um avanço
para a Justiça
e para a
sociedade,
pois significa
maior
agilidade nas
respostas às
demandas
judiciais”

Desembargador Guerreiro Jô-
nior, presidente do TJMA

STF suspende poder do CNJ de afastar juiz antes de abrir processo

Ação da Associação dos Magistrados do Brasil contesta poderes do Conselho Nacional de Justiça; afastamento cautelar de juizes para apurar indícios de irregularidades consta de resolução que regulamenta processos durante investigação

BRASÍLIA - Por 10 votos a 1, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) suspenderam ontem, em decisão liminar (provisória), a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para afastar magistrados temporariamente, antes da abertura de processo administrativo para apurar indícios de irregularidades.

A possibilidade de afastamento cautelar de juizes tinha sido incluída na resolução do CNJ que regulamenta processos contra magistrados para evitar eventuais interferências em investigações. A resolução foi contestada no Supremo pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

A maioria dos ministros entendeu que o conselho não poderia, por meio de resolução, criar uma regra que não existe na Lei Orgânica da Magistratura.

Para o ministro Luiz Fux, se há motivos para afastar um juiz, há também razões para abrir um processo administrativo para apurar o caso.

"O que não é possível é que a resolução, numa manifestação

de inconstitucionalidade voluntária, estabeleça uma regra diferente da regra da magistratura. Sob ângulo legal, a ilegalidade desse dispositivo, até as pedras sabem", disse o ministro Fux.

Única a votar pela manutenção do afastamento antes da abertura do processo, a ministra Rosa Weber afirmou que a regra é válida, considerando-se o poder do CNJ de editar normas.

Segunda parte - Na semana passada, no mesmo julgamento, a maioria dos ministros decidiu manter a autonomia do CNJ para investigar e punir magistrados acusados de irregularidades, independentemente da atuação das corregedorias dos tribunais dos estados.

O julgamento continuou ontem para que fosse finalizada a análise de todos os dispositivos da resolução contestados pela entidade.

A decisão do plenário sobre o afastamento dos magistrados confirmou a liminar concedida pelo relator do caso, ministro Marco Aurélio Mello, em dezem-

bro do ano passado, mas o mérito dos pedidos da AMB ainda serão analisados pelo STF.

Tramitação - Por 6 votos a 5, os ministros do Supremo também decidiram ontem manter o poder do Conselho Nacional de Justiça de fixar regras para a tramitação dos processos administrativos para investigar juizes nos tribunais estaduais.

Foram mantidos os pontos da resolução do CNJ que estabelecem regras para escolha do relator e do revisor do processo, além de prazos para defesa e duração do procedimento administrativo.

A decisão final foi contrária ao voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello, que considerou as regras uma invasão do CNJ nas atribuições dos tribunais. De acordo com o ministro, a Constituição garante de forma expressa a autonomia dos tribunais para elaborar as próprias regras.

Os ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Cezar Peluso também vota-

ram pela suspensão das regras criadas pelo CNJ para disciplinar a tramitação de processos administrativos contra juizes.

"Se tirarmos dos tribunais a regência do processo administrativo, estaremos revisando a cláusula constitucional. A Carta Federal conferiu aos tribunais competência para elaborar regimentos internos com observância das normas de processos e das garantias processuais das partes", observou Mello.

A maioria dos ministros, no entanto, concordou com o voto da ministra Rosa Weber, que defendeu a competência do CNJ de regulamentar os processos contra magistrados. Para ela, a existência do CNJ exige um "novo paradigma".

Para o ministro Gilmar Mendes, a integração das regras era uma necessidade do sistema correicional do Judiciário. "A Resolução 135 foi fruto de trabalho consensual e que as impugnações que surgem nada mais são que incômodos residuais", disse.



Gervasio Baptista/STF

Ministros do STF durante julgamento, ontem, que questionou poderes do Conselho Nacional de Justiça

Maioria absoluta

O Supremo manteve ainda o artigo 21 da resolução do CNJ que trata da necessidade de maioria absoluta dos votos dos membros do tribunal para aplicar pena administrativa a um magistrado.

Os ministros decidiram que serão feitas quantas votações forem necessárias até que se chegue à maioria absoluta para determinar a punição.

Ainda não

Pode estar cometendo um erro quem dá como definitiva a decisão do Tribunal de Justiça sobre a CPI dos R\$ 73,5 milhões.

Na verdade, o julgamento foi suspenso por um pedido de vistas quando estava 11 a 1 pela suspensão.

Ainda que improvável, o placar pode virar na próxima sessão - ou mesmo haver alguma mudança de voto.

Acesso à justiça

A Universidade Federal do Maranhão, por meio do Fórum Universitário, sob a direção do professor Humberto Gomes de Oliveira, dá início à instalação de mais um projeto de extensão em parceria com o Tribunal de Justiça, cujas negociações já se encontram bastante adiantadas. Tudo para a execução de objetivos comuns visando à simplificação do acesso à Justiça e a maior celeridade às demandas que envolvem questões privadas e de solução ao alcance das partes através de procedimentos alternativos.

Trata-se do Núcleo de Conciliação, Mediação e Arbitragem, formado por professores, advogados, alunos e voluntários que defendem os interesses da assistência judiciária mais rápida. O Núcleo tem à frente, além do diretor do Fórum Universitário, advogado Luís Roberto Menezes, a magistrada Luíza Nepomuceno.

Assina embaixo

O senador Clóvis Fecury (DEM) faz coro com os que apoiam o projeto de adoção da Parceria Público Privada (PPP) pelo Poder Judiciário do Maranhão.

Ele colocou sua assessoria à disposição do Tribunal de Justiça para colaborar no acompanhamento da proposta, defendida pelo presidente do Judiciário, desembargador Guerreiro Jr. no Conselho Nacional de Justiça.

O senador anunciou que vai divulgar a proposta no Senado.

Grupo vai atuar de forma permanente

O Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário passará a atuar de forma permanente a partir de agora. Graças à Lei Estadual 9.551/2012, recém sancionada

pela governadora Roseana Sarney. A lei dá caráter oficial ao grupo organizado em 2010 e agora inserido oficialmente na estrutura do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Grupo Lua Nova firma convênio e oferece trabalho para detentos

Convênio celebrado entre o Grupo Lua Nova, Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e a Defensoria Pública vai garantir mais 60 postos de trabalho para detentos do regime semiaberto.

O encaminhamento será feito por meio do Programa Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para dar oportunidade a quem responde ou já respondeu por um crime. Entre as vagas disponíveis, 18 serão destinadas a mulheres apenadas.

De acordo com o convênio, os detentos - a maioria com 30% da pena já cumprida e com bom comportamento - receberão da construtora qualificação técnico-profissional e ocuparão vagas de emprego na construção civil. Os apenados integrarão as equipes de trabalho do Grupo Lua Nova na edificação de 700 moradias do programa "Minha Casa. Minha Vida", na estrada da Ribeira, no Distrito Industrial de São Luís. A empresa possui outros nove empreendimentos em andamento, incluindo edifícios e condomínios residenciais de alto padrão, na capital e no interior do Estado.

Para Alexander Carvalho, o diretor de engenharia do Grupo Lua Nova, que possui outros nove empreendimentos em andamento, incluindo edifícios comerciais e condomínios residenciais de alto padrão, na capital e no interior do Estado, a oferta das vagas representa um recomeço, nova chance, para quem errou, mas têm vontade de acertar.

SUSTENTABILIDADE I

- * O Grupo Lua Nova, ao longo dos anos, teve o desenvolvimento sustentável como uma de suas bases.
- * Para a empresa, a preocupação com o meio ambiente e com o bem-estar social é indispensável para o crescimento equilibrado com responsabilidade.
- * Tendo isso em vista, a construtora firmou convênio com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Secretária de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e a Defensoria Pública garantindo mais 60 novas vagas de trabalho para detentos do regime semiaberto.

SUSTENTABILIDADE II

- * O encaminhamento é feito por meio do Programa Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para dar oportunidade a quem responde ou já respondeu por um crime.
- * Entre as vagas disponíveis, 18 serão destinadas a mulheres apenadas.
- * De acordo com o convênio, os detentos - a maioria com 30% da pena já cumprida e com bom comportamento - receberão da empresa parceira qualificação técnico-profissional e ocuparão vagas de emprego na construção civil.

SUSTENTABILIDADE III

- * Os apenados integrarão as equipes de trabalho da construtora na edificação de 700 moradias do programa "Minha Casa. Minha Vida", na estrada da Ribeira, no Distrito Industrial de São Luís.
- * A empresa possui outros nove empreendimentos em andamento, incluindo edifícios e condomínios residenciais de alto padrão, na capital e no interior do Estado.

Lei cria órgão permanente de monitoramento carcerário no MA

Entre as atribuições definidas pela lei, está o monitoramento e fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal

O Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário passará a atuar de forma permanente. A Lei Estadual 9.551/2012, recém sancionada pela governadora Roseana Sarney, dá caráter oficial ao grupo organizado em 2010 e agora inserido oficialmente na estrutura do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O órgão é o primeiro do tipo criado por lei no País.

"A vantagem da aprovação dessa lei é a permanência do trabalho que vem sendo desenvolvido, independentemente de quem ocupe o cargo de direção no Tribunal", esclareceu Froz Sobrinho, presidente do grupo.

Segundo o magistrado, hoje existem vários problemas na política penitenciária, como falta de vagas, morosidade processual, dentre outros, que exigem um trabalho sistemáti-

co e diário das autoridades e do grupo; que tem como membros os juizes auxiliares das Varas de Execução Criminal da Capital e de Imperatriz, representantes do Ministério Público, Conselho de Defesa de Direitos Humanos, Defensoria Pública e da Secretaria de Segurança Pública e outros órgãos ligados à questão carcerária no Maranhão.

A execução do Programa Começar de Novo, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça; o planejamento e coordenação dos mutirões carcerários; o acompanhamento de projetos relativos à construção e ampliação de estabelecimentos penais, bem como a promoção de ações realizadas por órgãos públicos e entidades relativas ao sistema carcerário são algumas das atribuições do Grupo de Monitoramento.

Entre as atribuições defi-

nidas pela lei, está o monitoramento e fiscalização do cumprimento da legislação penal e processual penal, e leis extravagantes, as recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do TJMA e da Corregedoria-Geral da Justiça, em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes.

Cabe também à unidade estimular e apoiar, no âmbito das varas específicas, o trabalho da Corregedoria na realização de mutirões para reavaliação da prisão provisória e definitiva, da medida de segurança e da internação de adolescentes e para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

O órgão também poderá propor soluções diante de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas; fomentar a

implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário, como já vem sendo feito por meio do Programa Começar de Novo, desde 2010.

A proposta de uniformização de procedimentos e estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre o sistema carcerário e o sistema de execução de medidas socioeducativas poderá ser feita pelo grupo ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria-Geral de Justiça e ao Conselho Nacional de Justiça.

A estrutura organizacional básica do grupo será ainda fixada por resolução do Tribunal de Justiça, que também definirá todas as suas atribuições. As despesas decorrentes da aplicação da lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário do Maranhão.

Juíza tenta negociar com amotinados em Rosário

Os detentos serraram as grades do gaiolão - local onde acontece o banho de sol e as visitas - para fugir, mas o plano foi descoberto

Presos que estão cumprindo pena na delegacia de Rosário destruíram parte das celas, após um plano de fuga ser descoberto na madrugada de terça-feira (7). Segundo as primeiras infor-

mações da polícia, os detentos serraram as grades do gaiolão - local onde acontece o banho de sol e as visitas - para fugir, mas o plano foi descoberto.

As visitas que estavam

previstas para esta quarta-feira (8), foram suspensas o que revoltou os detentos. Eles destruíram várias celas, atearam fogo em colchões e estão amotinados no corredor do

prédio. Neste momento, a juíza da comarca de Rosário e Bacabeira, Rosângela Macieira tenta negociar com os detentos. A delegacia de Rosário abriga hoje 42 detentos.

TJ aumenta plenário

O Tribunal de Justiça do Maranhão passará, em breve, a contar com 27 membros e mais uma câmara civil, com o objetivo de atender à demanda de ações procedentes de todo o estado. Ontem, o presidente da corte, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, foi à Assembleia Legislativa entregar, em mãos, ao presidente Arnaldo Melo, o projeto de lei complementar que altera quatro artigos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão.

Com a proposta aprovada pelos deputados, o TJ terá o seu quadro de desembargadores ampliado de 24 para 27. As três vagas foram criadas no final de 2009, mas só agora vão ser preenchidas. Uma delas ficará para um advogado, indicado em lista sêxtupla, pela seccional maranhense da OAB. As outras duas serão ocupadas por juízes – uma pelo critério de merecimento e outra por antiguidade.

Hoje, o mais antigo é o juiz Vicente de Paula Gomes de Castro, que atua na Justiça Militar. Por merecimento, o melhor colocado é Cléber Costa Carvalho, que já foi indicado por duas vezes para o TJ. Se tiver mais uma, já será desembargador. Atualmente, 540 mil ações tramitam no Poder Judiciário estadual. Apenas no ano passado foram distribuídos 188 mil processos para uma população superior a 6,5 milhões de habitantes.

Corte terá 27 desembargadores

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, entregou ontem ao presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão (AL-MA), deputado Arnaldo Melo (PMDB), mensagem acompanhada de projeto de lei complementar que propõe a criação da 5ª Câmara Cível do TJMA.

A justificativa do projeto aponta como imprescindível a implantação de mais uma câmara cível, baseada em dados estatísticos e na necessidade consequente da ampliação do quadro de 24 para 27 desembargadores. As vagas a serem preenchidas foram criadas pela Lei Complementar nº. 127/2009 e deverão ser ocupadas por dois magistrados – promovidos por antiguidade e merecimento, respectivamente – e um membro da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em anexo ao projeto encaminhado para ser apreciado pela AL-MA, foi apresentada uma justificativa para a alteração de quatro artigos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, no que tange à criação da nova câmara. Segundo o documento, a atual composição de câmaras isoladas do TJMA – três criminais e quatro cíveis – já não atende à demanda do estado. “É um projeto de reforma do Judiciário que trará melhorias no nosso perfil de resultados. É um avanço para a Justiça e para a sociedade, pois significa maior agilidade nas respostas às demandas judiciais”, disse Guerreiro Júnior.

Arnaldo Melo elogiou a iniciativa do presidente do TJMA, ressaltando que a matéria será analisada em regime de urgência pela rele-

vância que assume. “É matéria de repercussão tanto para o Judiciário, como para a sociedade. A instalação das três novas vagas para magistrados, já criadas pela Assembleia, confere maior dinâmica ao trabalho dos magistrados”, concluiu. O documento registra que a instalação de mais uma câmara cível requer, em consequência, a criação de outra câmara cível reunida, em razão do impedimento regimental de funcionamento de câmaras com composição superior a 14 membros, exceto o Plenário.

Justifica-se também a necessidade de realização de uma sessão de julgamento cível, uma vez por bimestre, a ser presidida pelo magistrado ocupante do cargo de vice-presidente, para apreciar os recursos das câmaras cíveis reunidas e outras matérias, o que efetivará a celeridade dos julgamentos.



É um projeto de reforma do Judiciário que trará melhorias no nosso perfil de resultados. É um avanço para a Justiça e para a sociedade, pois significa maior agilidade nas respostas às demandas judiciais

Guerreiro Júnior,
presidente do TJ-MA

■ VINHAIS VELHO

Ordem de despejo é suspensa pela Justiça

Está suspenso o despejo do senhor Ademir Batista, membro da família Ribeiro, que tem como tios dona Babá, de 82 anos, e Olegário Ribeiro, de 87 anos, ambos remanescentes dos povos Tupinambás. A decisão é do desembargador da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jaime Araújo. O despejo, ordenado pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, estava previsto para a última

sexta-feira (3).

O vínculo de parentesco entre os atuais Ribeiro com seus ancestrais Tupinambás comprovam-se pela carta endereçada à rainha Maria I, de Portugal, no século XVII.

História

Do ponto de vista histórico, Vinhais Velho é um sítio arqueológico, ocupado por remanescentes dos índios

Uçaguaba, dos Tupinambás – com grande importância histórica, sendo, portanto, patrimônio cultural brasileiro nos termos dos artigos 20 e 216 da Constituição brasileira. Assim, ficam preservados: a Igreja de São João Batista; o Cemitério, de 1690; o Porto de Embarque e Desembarque; a Escola Municipal Oliveira Roma; as fontes naturais, reservas naturais de mangues, juçaras, ipês e outros.



MAURÍCIO ALEXANDRE/IMPACTA PRESS

Igreja de São João Batista, localizada no Vinhais Velho, está entre as mais antigas edificações católicas da história do Maranhão

CAXIENSES QUE GOVERNARAM O MARANHÃO



**JACQUES
INANDY
MEDEIROS**
PRESIDENTE DA
ACADEMIA
CAXIENSE DE LETRAS

Caxias, que tanto já contribuiu e contribui para Literatura Maranhense, também tem sua força na vida política, com vários caxienses, que já chegaram ao alto comando do governo do estado, mesmo aqueles que por pouco tempo exerceram, mas se assim o fizeram foi de acordo com a nossa Constituição e jamais entrará para o folclore político como cidade dos governadores de faz de conta. E, sim, cidade dos governadores.

No Império, segundo o caxiense César Marques, no Império o Maranhão teve como governadores os seguintes caxienses: coronel José Caetano Vaz Júnior: foi o primeiro caxiense a governar o Maranhão. Como um dos vice-presidentes da província assumiu o governo do Maranhão em 23/04/1865 e transmitiu ao novo Presidente em 11/06/1865; Frederico José Correa: caxiense, poeta, publicista, parlamentar, jurista e crítico. Como um dos vice-Presidentes da Província assumiu o governo do Maranhão no período de 06/08/1866 a 30/09/1866. É patrono da cadeira nº 6 da Academia Maranhense de Letras e da Academia Caxiense de Letras, cadeira nº 31; e Francisco de Melo Coutinho: caxiense, deputado provincial e vice-presidente da Província, assumiu o governo do Maranhão em 11/11/1878, e em 21/11/1878, passa o governo ao caxiense José Caetano Junior que assume o governo do Maranhão pela 2ª vez.

Na República, governaram Paulo Martins de Sousa Ramos: nascido em Caxias, foi eleito pelo voto indireto para o alto cargo de governador do Maranhão. Tomou posse em 15/08/1936, como governador eleito esteve no poder até 24/11/1937. A partir desta data passou a governar como interventor, quando da implantação pelo Presidente Getúlio

Vargas do chamado Estado Novo. Antes do término da ditadura Vargas, renunciou em 23/03/1945. Governou o Estado do Maranhão por 8 anos, 7 meses e 8 dias. Em 1950 foi eleito o Deputado Federal, sendo o mais votado do Estado. Foi o governador que passou mais tempo no governo do Maranhão no século XX. Já superado pela atual governadora Roseana Sarney (final do século XX e início do século XXI); Eleazar Soares Campos: nascido em Caxias, governou o Maranhão como interventor de 09/11/1945 a 16/02/1946, escolhido pelo então Presidente, ministro José Linhares. Foi juiz em Caxias e desembargador do Tribunal de Justiça; Eugênio Barros: caxiense de coração, porém nascido em Matões. Governou o Maranhão de 28/02/1951 a 14/03/1951, se licenciando por motivos políticos. Assumiu definitivamente o governo em 18/09/1951 e conseguiu governar com tranqüilidade até o final de seu mandato em 31/01/1956, quando passou o alto cargo a outro caxiense deputado Alderico Novais Machado. Antes de ser governador do Estado, foi prefeito de Caxias; Alderico Novais Machado: nascido em Caxias, assumiu o governo do Estado no dia 31/01/1956, quando o governador eleito José de Matos Carvalho, foi impedido de assumir. Como deputado Presidente da Assembléia assumiu o governo mantendo-se no poder até 26/03/1956; Aldenir José da Silva: caxiense, ainda muito jovem Aldenir Silva, elegeu-se a Deputado Estadual nas eleições de outubro de 1962. Em maio de 1965 elegeu-se Presidente da Assembléia e no final de junho do mesmo ano ocupa o alto cargo de governador do Maranhão, devido a uma ligeira licença do então governador Newton Belo; João Castelo Ribeiro Gonçalves: nascido em Caxias, governou o Maranhão, eleito através da eleição indireta de março de 1979 a maio de 1982, quando se afasta para concorrer uma vaga ao Senado Federal, do qual foi eleito. Atualmente este ilustre caxiense é o prefeito de São Luis; Jamil Gedeon Miranda Neto: nascido em Caxias, ainda muito jovem este ilustre advogado chegou a desembargador do Tribunal de Justiça. No início de novembro do ano passado assumiu o governo do Estado do Maranhão, por alguns dias, devido a uma licença da atual governadora Roseana Sarney e a ausência do vice-governador e do presidente da Assembléia, como governador inaugurou o novo Fórum de Caxias.

■ JUSTIÇA

CNJ retomará 500 processos disciplinares da gaveta

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está autorizada a retomar a análise de grande parte dos mais de 500 processos disciplinares paralisados desde dezembro. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) encerraram ontem à tarde o julgamento da ação na qual a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) contestava a Resolução nº 135 do CNJ, que uniformiza os processos administrativos aplicáveis contra magistrados.

Na última quinta, por seis votos a cinco, o Supremo havia definido que o CNJ pode investigar juízes de forma originária e independentemente da atuação dos tribunais de Justiça. Falta-va, porém, o término do julgamento para que a decisão fosse efetivada, a partir da revogação do trecho da liminar do ministro Marco Aurélio Mello. Em dezembro, ele proibiu o CNJ de abrir processos contra magistrados. O STF ainda vai julgar a liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, que suspendeu a inspeção conduzida pelo conselho contra movimentações financeiras atípicas de magistrados e servidores da Justiça.

Na sessão de ontem, três importantes pontos da resolução foram analisados. Um artigo acabou suspenso em parte e outro modificado.

-
- 1** A eleição direta para diretores de escolas em Alto Alegre do Pindaré, com mandatos de dois anos, foi derrubada ontem pelo Pleno do Tribunal de Justiça. A Lei municipal nº 105/2008 perdeu a eficácia. A decisão cautelar se deu em Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), ajuizada pelo prefeito do município, Atemir Ribeiro Marques.
-
- 2** O relator da ação, desembargador Jorge Rachid, entendeu estarem presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, suspendendo sua eficácia até julgamento final da Adin. A prefeitura alegou que em outras tentativas idênticas, a Justiça reconheceu a inconstitucionalidade desse tipo de eleição, por ser ato privativo do prefeito, nomear os diretores das escolas.

■ R\$ 73 MILHÕES

CPI continua suspensa

Três pedidos de vista de desembargadores apresentados durante sessão do pleno suspenderam o julgamento do recurso da AL

DA REDAÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pela Assembleia Legislativa para investigar o destino de R\$ 73 milhões de convênios da Prefeitura de São Luís com o governo do estado vai continuar suspensa. Pedidos de vista apresentados por três desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão na sessão do pleno, ontem, postergaram o julgamento do recurso da Procuradoria do Legislativo.

Embora suspenso o julgamento, fica mantida a liminar concedida pela desembargadora Anildes Cruz, que considerou ilegal a CPI instalada para apurar eventuais irregularidades nos convênios firmados em 2009, durante o governo Jackson Lago, bem como a ilegalidade da quebra do sigilo bancário da administração municipal.

A desembargadora Cleonice Freire e mais dois desembargadores pediram vista ao processo, e o julgamento do recurso do recurso da Assembleia Legislativa só será retomado na próxima sessão jurisdicional, marcada para o dia 29 de fevereiro.

De acordo com o procurador-

geral do município, Francisco Coelho Filho, a argumentação exibida no mandado objeto da liminar apreciada pelo Pleno do TJ é coerente e verdadeira. "O TJ foi muito enfático no sentido de reconhecer que a CPI não teria competência para investigar essa matéria. Em segundo lugar, a forma açodada como toda essa situação foi conduzida, inclusive a quebra do sigilo bancário da prefeitura, fere diversos princípios constitucionais e a própria motivação do ato", afirmou.

Ainda que não tenha havido julgamento do mérito, pois é uma decisão de caráter provisório, com pedido de vistas, o procurador-geral enfatiza que ficou bem claro que o Tribunal, em sua maioria esmagadora, entendeu que a postura adotada pela CPI é ilegal.

O procurador também adianta que o próximo passo é aguardar o voto de vista dos desembargadores Cleonice Freire e Lourival Serejo, para que se saiba o conteúdo dos mesmos, bem como a conclusão do julgamento.

Francisco Coelho Filho explicou que inexistente "fato determinado" a ser investigado pela CPI em razão da nulidade dos convênios 04/2009, 05/2009 e 07/2009 já declarada pela Justiça. Ele esclareceu

ainda que os recursos repassados pelo governo do estado ao município de São Luís por meio destes convênios, no valor total de R\$ 73 milhões e 500 mil, estão sendo de-

volvidos aos cofres estaduais por meio da retenção mensal da parcela do ICMS destinada a repasse ao município, até o limite de R\$ 2 milhões por mês.



Desembargadora Anildes Cruz, que concedeu liminar suspendendo os trabalhos

Quinto constitucional

O documento ainda ressalta que, em virtude da redação dada ao artigo 17 do Código pela Lei Complementar nº. 127/2009, que aumenta o número de desembargadores para 27, a representação do quinto constitucional, cujo número de vagas era ímpar (cinco), passou a ser par, o que torna desnecessária a alternância entre membros oriundos da advocacia e do Ministério Público. Com a implantação de mais uma câmara, há necessidade de alteração do parágrafo 2º do artigo 20. Ocorrendo vaga do cargo de desembargador dentre os integrantes do quinto constitucional, o preenchimento se dará por representante da categoria que originou a vaga. A justificativa esclarece que o custo total do projeto está dentro dos limites de gastos previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme estimativa anual de impacto orçamentário elaborada pelo Tribunal.

ENTENDA O CASO

Decisão suspendeu efeitos da CPI

- A CPI foi suspensa por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça maranhense (TJ-MA) em um mandado de segurança impetrado pelo município de São Luís. Em sua decisão, a desembargadora Anildes Cruz suspendeu a CPI e anulou as provas colhidas sob os argumentos de que não há fato certo e determinado para a instalação da CPI e que a Assembleia Legislativa não detém competência para investigar a celebração, execução e destinação de repasses dos convênios, além de que a quebra de sigilo ocorrida foi imotivada.

CPI suspensa (1)

Continua suspensa pelo Tribunal de Justiça a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada no final do ano passado pela Assembleia Legislativa do Maranhão para apurar o destino dos R\$ 73,5 milhões que o governo Jackson Lago repassou à Prefeitura de São Luís, em forma de três convênios para obras no sistema viário. Na sessão do pleno de ontem, 12 dos 20 desembargadores mantiveram a liminar concedida pela relatora Anildes Cruz. Três magistrados pediram vistas compartilhadas.

CPI suspensa (2)

Anildes Cruz evitou a entrar na discussão sobre eventual motivação política para a criação da CPI. No entanto, desembargadores acharam que houve sim. A relatora avaliou que a questão dos recursos dos convênios já havia sido decidida, depois que o Estado entrou com uma de ação de bloqueio dos repasses do ICMS à prefeitura, no valor de R\$ 2,5 milhões mensais. O município já pagou duas das 36 parcelas, fixadas pelo juiz Megbel Abdalla Tanus. A decisão, porém, cabe apelação.

■ PLANO DE FUGA FRUSTRADO

Presos destroem celas em Rosário

Um plano de fuga frustrado resultou na destruição de parte das celas da delegacia de Rosário por parte dos presos que estão aguardando julgamento. Eles teriam serrado as grades do local utilizado para banho de sol e as visitas, conhecido como gaiolão, para fugir, mas o plano foi descoberto na madrugada de terça-feira (7).

Como medida disciplinar, as visitas que estavam previstas para ontem foram suspensas e equipamentos de rádio e TV foram retirados das celas. Motivo suficiente para que os detentos destruíssem várias celas e atestassem fogo em colchões. Os presos também ameaçavam ferir companheiros de cela. A juíza da Comarca de Rosário e

Bacabeira, Rosângela Prazeres, foi chamada para negociar e prometeu analisar algumas das reivindicações dos detentos. Com isso, a rebelião, que durou cerca de quatro horas, chegou ao fim. A delegacia de Rosário abriga hoje 42 detentos, e essa é a terceira tentativa de fuga registrada na unidade prisional só este ano.

42

é o número de presos que há hoje na delegacia de Rosário

Imposto de Renda

Guerreiro Júnior entrega ao presidente da AL projeto que cria 5ª Câmara Cível



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, entregou ao presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão (AL-MA), deputado Arnaldo Melo, mensagem acompanhada de projeto de lei complementar que propõe a criação da 5ª Câmara Cível do TJMA. O encontro foi na sede do Legislativo estadual, nesta quarta-feira (8).

Em anexo ao projeto encaminhado para ser apreciado pela AL-MA foi apresentada uma justificativa para a alteração de quatro artigos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, no que tange à criação da nova câmara. Segundo o documento, a atual composição de câmaras isoladas do TJMA – três criminais e quatro cíveis – já não atende à de-

manda do Estado.

A justificativa aponta como imprescindível a implantação de mais uma câmara cível, baseada em dados estatísticos e na necessidade consequente da ampliação do quadro de 24 para 27 desembargadores. As vagas a serem preenchidas foram criadas pela Lei Complementar nº. 127/2009 e deverão ser ocupadas por dois magistrados - promovidos por antiguidade e merecimento, respectivamente – e um membro da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

“É um projeto de reforma do Judiciário que trará melhorias no nosso perfil de resultados. É um avanço para a Justiça e para a sociedade, pois significa maior agilidade nas respostas às demandas judiciais”, disse Guerreiro Júnior.

Câmara Municipal concede título de cidadão ao engenheiro João Rodolfo Ribeiro

A Câmara Municipal de São Luís entregou, no final da manhã de ontem (8), um título de cidadania ludovicense ao engenheiro civil e chefe da Assessoria Técnica do prefeito João Castelo, João Rodolfo Ribeiro Gonçalves. Proposta pelo vereador do PSDB, Chico Viana, a solenidade contou com a presença de representantes do governo municipal, além de familiares e amigos do homenageado.

Maranhense do município de Timon, João Rodolfo Ribeiro Gonçalves formou-se em Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Goiás, em 1964. É mestre em Saúde Pública e Engenharia Sanitária

pela Fundação de Ensino Especializado em Saúde Pública (FNESP), no Rio de Janeiro, nos anos de 1968 e 1969.

Na capital maranhense, onde fixou residência em 1965, presidiu o Clube de Engenheiros do MA e integrou o Conselho do CREA-MA. Também exerceu os cargos de Secretário de Obras do Estado do Maranhão e do Município de São Luís. Foi diretor administrativo do Fórum Desembargador Sarney Costa e do Tribunal de Justiça do Maranhão, além de diretor de Obras e Engenharia da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP).

Politicamente, João Rodolfo exerceu ainda os cargos de

vice-governador do Estado do Maranhão e Deputado Federal. Como engenheiro e político, ajudou a construir o Sistema Italuís, Ponte Bandeira Tribuzi, Complexo Esportivo do Castelão, Conjuntos Habitacionais do Maiobão e Cidade Operária, Hospital do Ipem, entre outras obras.

"O que se costuma perguntar aqui, quando propomos um título de cidadão é: o que ele fez por São Luís? Ah, meus amigos, fez quase tudo. Era o braço prático, executor, da vontade política do governador, e onde está uma obra do governo, lá está o traço do João Rodolfo", justificou o proponente do título de cidadania, vereador Chico Viana.

Após a outorga do título, o novo cidadão de São Luís, João Rodolfo Ribeiro Gonçalves declarou: "Sinto, nesta honraria que vossas excelências me concedem, o peso de uma imensa responsabilidade, ainda mais porque estou a recebê-la no ano em que a cidade comemora 400 anos de sua fundação". E concluiu seu agradecimento dizendo: "Estou consciente das responsabilidades que esta distinção me impõe. E me coloco, solenemente, à sua disposição, como ludovicense que agora sou, de papel passado, para tornar possíveis as aspirações do povo que vossas excelências representam".

Justiça em Governador Nunes Freire presta contas em audiência pública

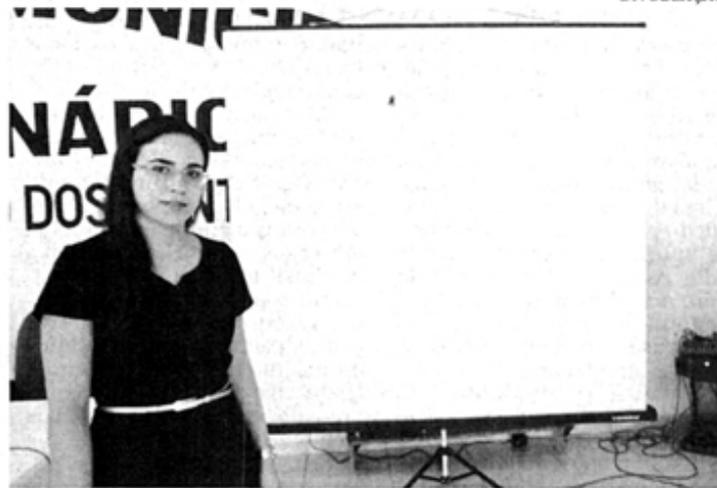
A juíza Raquel Menezes presidiu, na terça-feira (7), juntamente com o promotor de justiça André Charles, uma audiência pública na Comarca de Governador Nunes Freire. O objetivo foi a prestação de contas, enfocando o trabalho realizado naquele município durante o ano de 2011, primeiro ano da magistrada à frente da Comarca.

A audiência teve como título "Pela transparência na administração do Fórum de Governador Nunes Freire". Quatro temas foram desenvolvidos durante a audiência: Instalações Físicas, Organização da Secretaria Judicial, Produtividade e Projeto Justiça e Cidadania – Porque fazer o bem faz bem.

Em relação às instalações físicas, Raquel Menezes destacou que "em janeiro de 2011, o Fórum era marcado por um ambiente de trabalho insalubre e desorganizado, com precários e insuficientes equipamentos para os servidores, resultado de 9 anos de funcionamento do Fórum em um mesmo prédio, sem qualquer reforma e que ainda abrigava o cartório eleitoral".

Nesse aspecto, foram apontadas as conquistas de realização de reforma do Fórum pelo Tribunal de Justiça, finalizada em julho de 2011, e deslocamento do cartório eleitoral para outro imóvel, proporcionando significativa melhoria nas condições de trabalho dos servidores, bem como atendimento de qualidade aos jurisdicionados. O Judiciário local recebeu ainda um terreno doado pelo município, estando em tramitação no Tribunal de Justiça procedimento administrativo para construção da sede própria.

Para que a Secretaria Judicial fosse organizada, algumas medidas



Juíza Raquel Menezes presta conta sobre trabalho em Comarca

foram adotadas no ano de 2011, entre as quais: o cadastramento de todo o acervo processual nos sistemas do Tribunal (Themis PG e Themis JE) e a organização dos processos conforme o setor e a fase processual. "Para um atendimento mais eficaz aos jurisdicionados, para cada dia da semana foi designado o "Atendente do Dia", possibilitando aos demais servidores maior concentração nos expedientes internos da Secretaria Judicial. Por fim, foi instalado um terminal de autoatendimento, proporcionando às partes e advogados a consulta de seus processos pelo JurisConsult", observou a magistrada.

Sobre o aspecto Produtividade, foram apresentados os seguintes dados: aumento de 206% na quantidade de audiências realizadas

em relação a 2010 (de 654 para 1.351); diminuição de 12,5% do acervo processual (de 2.310 para 2.020) e índice de operosidade de 143% (783 processos distribuídos, 1.118 sentenças proferidas, 2.726 despachos e 305 decisões interlocutórias).

Em 2011, também foi realizada a primeira sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Governador Nunes Freire, sendo um total de cinco sessões ao longo do ano (uma referente a processo de réu preso e quatro referentes a processos da Meta 2 do CNJ).

Um dos destaques da audiência pública o Projeto Justiça e Cidadania – Porque fazer o bem faz bem, lançado na Comarca em 2011, com o objetivo de aproximar Poder Judiciário e comunidade, mediante realização de palestras acerca dos

direitos e deveres dos cidadãos, bem como incentivando a realização da cidadania na sociedade local por meio de doações.

Em 2011, foram realizadas duas edições do projeto. A primeira ocorreu em outubro, com palestras sobre abuso sexual infantil, bullying e saúde bucal, e doações de cestas básicas e brinquedos a 270 crianças do Bairro Aeroporto. Já o segundo evento foi realizado em dezembro, com palestras sobre formas de resolução de conflitos e papel dos pais na educação dos filhos, abrangendo a doação de cestas básicas e utilidades domésticas a 375 famílias necessitadas do Bairro Monteiro Lobato. A próxima etapa será em março, quando ocorrerá a Semana da Mulher, com enfoque ao combate à violência doméstica contra a mulher.

Advogados militantes na Comarca, vereadores, secretários municipais, cartorários, policiais militares e representantes da sociedade, participaram da audiência e enalteceram a iniciativa da juíza e do promotor de esclarecer à sociedade os serviços prestados pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público na Comarca.

"Todas as conquistas do ano de 2011 foram em decorrência do trabalho conjunto da equipe de servidores da comarca em busca de uma prestação jurisdicional de qualidade", enfatizou. Raquel Menezes encerrou a audiência agradecendo a presença de todos.

Guerreiro Jr entrega ao presidente da AL projeto que cria 5ª Câmara Cível

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, entregou ao presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão (AL-MA), deputado Arnaldo Melo, mensagem acompanhada de projeto de lei complementar que propõe a criação da 5ª Câmara Cível do TJMA. O encontro foi na sede do Legislativo estadual, nesta quarta-feira (8).

Em anexo ao projeto enca-

minhado para ser apreciado pela AL-MA foi apresentada uma justificativa para a alteração de quatro artigos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, no que tange à criação da nova câmara. Segundo o documento, a atual composição de câmaras isoladas do TJMA – três criminais e quatro cíveis – já não atende à demanda do Estado.

A justificativa aponta como imprescindível a implantação

de mais uma câmara cível, baseada em dados estatísticos e na necessidade consequente da ampliação do quadro de 24 para 27 desembargadores. As vagas a serem preenchidas foram criadas pela Lei Complementar nº. 127/2009 e deverão ser ocupadas por dois magistrados – promovidos por antiguidade e merecimento, respectivamente – e um membro da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Atendimento normalizado no 12º Juizado Especial

Já está normalizado o atendimento no 12º Juizado Especial Cível e Criminal, localizado no Bairro João de Deus. As atividades na unidade ficaram suspensas durante toda a terça-feira (7) e parte desta quarta-feira (8), devido a reparos nos equipamentos de rede do local.

De acordo com a Secretaria Judicial do Juizado, tudo foi restabelecido por volta das 13h desta quarta-feira. Os reparos foram necessários porque a rede interna e a intranet estavam bastante lentas.

No 12º Juizado Especial Cível e Criminal tramitam mais de seis mil processos. O juiz Luis Pessoa Costa é o magistrado titular da unidade.

TJ MANTÉM SUSPENSÃO DA CPI DOS CONVÊNIOS

Votação expressiva do Pleno do TJ reconhece a ilegalidade da CPI

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve, ontem, a liminar que reconhece tanto a ilegalidade da CPI instalada para apurar eventuais irregularidades nos convênios

de R\$ 73 milhões, firmados entre a Prefeitura de São Luís e o governo do Estado, bem como a ilegalidade da quebra do sigilo bancário da administração municipal. PÁGINA 3

TJ mantém suspensão da CPI dos Convênios

Votação expressiva do Pleno do TJ reconhece a ilegalidade da CPI

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve, na manhã desta quarta-feira (8), a liminar que reconhece tanto a ilegalidade da CPI instalada para apurar eventuais irregularidades nos convênios de R\$ 73 milhões, firmados entre a Prefeitura de São Luís e o governo do Estado, bem como a ilegalidade da quebra do sigilo bancário da administração municipal.

De acordo com o procurador-geral do Município, Francisco Coelho Filho, a argumentação exibida no Mandado objeto da liminar apreciada pelo Pleno do TJ é coerente e verdadeira. "O TJ foi muito enfático no sentido de reconhecer que a CPI não teria competência para investigar essa matéria. Em segundo lugar, a forma açodada como toda essa situação foi conduzida, inclusive a quebra do sigilo bancário da Prefeitura, fere diversos princípios constitucionais e a própria motivação do ato", afirmou.

Ainda que não tenha havido julgamento do mérito,



Francisco Coelho enfatizou que o TJ, em sua maioria, entendeu que a postura adotada pela CPI é ilegal

pois é uma decisão de caráter provisório, com pedido de vistas, o procurador-geral enfatiza que ficou bem claro que o Tribunal, em sua maioria esmagadora, entendeu que a postura adotada pela CPI é ilegal. O procurador também adianta que o próximo passo é aguardar o voto de vista dos de-

sembargadores Cleonice Freire e Lourival Serejo, para que se saiba o conteúdo dos mesmos, bem como a conclusão do julgamento.

Suspensão da CPI – A CPI foi suspensa por decisão proferida pelo Tribunal de Justiça maranhense (TJ-MA) em um mandado de segurança

impetrado pelo município de São Luís. Em sua decisão, a desembargadora Anildes Cruz suspendeu a CPI e anulou as provas colhidas sob os argumentos de que não há fato certo e determinado para a instalação da CPI e que a Assembleia Legislativa não detém competência para investigar a celebração, execução e destinação de repasses dos convênios, além de que a quebra de sigilo ocorrida foi imotivada.

Francisco Coelho Filho explicou que inexistiu "fato determinado" a ser investigado pela CPI em razão da nulidade dos convênios 04/2009, 05/2009 e 07/2009 já declarada pela Justiça. Ele esclareceu ainda que os recursos repassados pelo governo do Estado ao Município de São Luís por meio destes convênios, no valor total de R\$ 73 milhões e 500 mil, estão sendo devolvidos aos cofres estaduais por meio da retenção mensal da parcela do ICMS destinada a repasse ao Município, até o limite de R\$ 2 milhões por mês.

❖❖ O projeto de adoção da Parceria Público Privada (PPP) pelo Poder Judiciário do Maranhão conta com mais um aliado no Senado Federal. O senador Clóvis Fecury (DEM) colocou à disposição do Tribunal de Justiça do Estado a sua assessoria técnica para colaborar no acompanhamento da proposta, defendida pelo presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, junto ao Conselho Nacional de Justiça, onde tramita consulta de interesse da Corte.

❖❖ Em reunião com o senador, diretores e assessores do Tribunal, o presidente Guerreiro Júnior pediu o apoio do parlamentar ao projeto e ressaltou que a proposta de PPP é fundamental para o fortalecimento e aparelhamento do Poder Judiciário nas áreas de engenharia, informática e segurança e infraestrutura.

“A vantagem da aprovação dessa lei é a permanência do trabalho que vem sendo desenvolvido, independentemente de quem ocupe o cargo de direção no Tribunal”, esclareceu o Desembargador Froz Sobrinho, presidente do grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário que passará a atuar de forma permanente. O órgão é o primeiro do tipo criado por lei no País.